

**PROCURADORIA****PL 0834/2024**

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo) e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislacao e no site www.senado.gov.br, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- **Constituição Federal;**
- **Lei Orgânica do Município de São Paulo;**
- **Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000**
- **Resoluções do Senado Federal 40/2001 e 43/2001.**
- **Lei Complementar nº 161, de 4 de janeiro de 2018**, que altera o art. 2º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo;
- **Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;
- **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- **Lei Municipal nº 13.118, de 10 de abril de 2001**, que dispõe sobre a associação do Município em Associação Civil Ideal, denominada de Crédito Popular Solidário, com o objetivo de conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no território municipal, e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 13.164, de 05 de julho de 2001**, que cria a Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade – SDTS, alterada pelo Decreto nº 50.995, de 16 de novembro de 2009;
- **Lei Municipal nº 13.324, de 8 de fevereiro de 2002**, que institui o Sistema Público de Emprego no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 13.399, de 1º de agosto de 2002**, que dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo;
- **Lei Municipal nº 13.841, de 7 de junho de 2004**, que dispõe sobre normas do Programa Bolsa-Trabalho – PBT e revoga a Lei nº 13.163, de 5 de julho de 2001, regulamentado pelo Decreto nº 45.400, de 11 de outubro de 2004;

**PROCURADORIA**

- **Lei Municipal nº 14.007, de junho de 2005**, que cria, denomina e implanta o Centro de Emprego e Solidariedade ao Trabalhador, nas regiões de cada Subprefeitura da Capital, e dá outras providências;
- **Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com as alterações introduzidas pelas Leis Complementares Federais nº 127/07 e 128/08;
- **Resolução nº 1, de 2 de agosto de 2006**, que dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar de Apoio à Micro e Pequena Empresa;
- **Lei Municipal nº 14.251 de 12 de dezembro de 2006**, que institui a Semana do Jovem Empreendedor no Município de São Paulo, e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 14.485, de 19 de julho de 2007**, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, e dá outras providências;
- **Lei Estadual nº 13.122, de 07 de Julho de 2.008**, que dispõe sobre tratamento simplificado às microempresas e às empresas de pequeno porte nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta;
- **Lei Municipal nº 14.949, de 06 de julho de 2009**, que institui o Programa de Incentivo à Rede de Comércio Solidário da Cidade de São Paulo, e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 15.031, de 13 de novembro de 2009**, que dispensa da licença de funcionamento o exercício das atividades não residenciais para o Microempreendedor Individual – MEI, a que se refere a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações introduzidas pelas Leis Complementares Federais 127/07 e 128/08.
- **Lei Municipal nº 15.032, de 13 de novembro de 2.009**, que concede isenção de taxas ao Microempreendedor individual, e dá outras providências;
- **Resolução nº 5, de 5 de abril de 2009**, que dispõe sobre, no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, da Frente Parlamentar em Defesa das Microempresas, das Empresas de Pequeno Porte, dos Microempreendedores Individuais e das Cooperativas, e dá outras providências, e dá outras providências;
- **Decreto Federal nº 7.358, de 17 de novembro de 2010**, que institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências.



PROCURADORIA

- **Lei Municipal nº 15.321, de 04 de novembro de 2010**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para nela incluir a Semana de Estímulo ao Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Espírito Empreendedor no Município de São Paulo, a ser realizada, anualmente, na semana de 16 a 22 de novembro, e dá outras providências;- Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que em seu art. 17 estabelece que os atos de criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio, além de estar acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa
- **Lei Estadual nº 15.099, de 25 de Julho de 2.013**, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para as microempresas e para as empresas de pequeno porte no estado de São Paulo;
- **Resolução da Câmara Municipal nº 12, de 09 de abril de 2013**, que institui a frente parlamentar em defesa das Microempresas Empresas de Pequeno porte, de Microempreendedores Individual e das Cooperativas;
- **Lei Municipal nº 15.838, de 04 de julho de 2013**, que autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência São Paulo de Desenvolvimento – ADE SAMPA; institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Tecnológicas – VAI TEC, no âmbito da ADE SAMPA; modifica dispositivos da Lei nº 14.517, de 16 de outubro de 2007;
- **Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação;
- **Lei Municipal nº 16.093, de 27 de novembro de 2014**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana global do Empreendedorismo, e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 16.271, de 17 de setembro de 2015**, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo;
- **Lei Municipal nº 16.335, de 30 de dezembro de 2015**, que institui o Programa Municipal São Paulo Afroempreendedor, e dá outras providências;
- **Decreto Municipal nº 56.475, de 05 de outubro de 2.015**, que disciplina o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas – ME, e às empresas de pequeno porte – EPP, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município e São Paulo, para fins de contratações públicas de bens, serviços e obras e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 16.456, de 13 de junho de 2016**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia



PROCURADORIA

do Empreendedorismo Feminino, a ser comemorado no dia 19 de novembro, e dá outras providências;

- **Decreto Municipal nº 56.884, de 21 de março de 2016**, que institui o Centro Público de Economia Solidária e Direitos Humanos e a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários da Cidade de São Paulo;

- **Resolução da Câmara Municipal nº 12 de 2017**, que Institui a Frente Parlamentar do Empreendedorismo e de Defesa das Microempresas, das Empresas de Pequeno Porte, dos Microempreendedores Individuais e das Cooperativas, e dá outras providências.

- **Lei Municipal nº 16.817, de 2 de fevereiro de 2018**, que adota a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal, institui o Programa de sua implementação, autoriza a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) e dá outras providências.

- **Lei Municipal nº 16.944, 28 de junho de 2018**, que dispõe sobre a inclusão de conceitos de empreendedorismo na Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

- **Lei Municipal nº 16.967/2018**, que Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana Municipal do Empreendedorismo, e dá outras providências.

- **Lei Federal nº 14.045, de 28 de agosto de 2020**, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir linha de crédito destinada aos profissionais liberais que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para criar o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Microempresas e para Pequenas e Médias Empresas e o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo.

- **Lei Municipal nº 17.581, de 26 de julho de 2021**, que institui o Programa Municipal de Qualificação Profissional - Qual Sampa no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- **Lei Municipal nº 17.635, de 20 de agosto de 2021**, que institui o Código de Defesa e a Patrulha de Apoio ao Empreendedor, dispondo sobre normas relativas à livre iniciativa, ao livre exercício de atividade econômica e à atividade regulatória do Município.

- **Lei Municipal nº 17.879, de 30 de dezembro de 2022**, que regulamenta no âmbito do Município de São Paulo a instituição de ambientes experimentais de inovação científica, tecnológica e empreendedora Programa SAMPA SANDBOX, sob o formato



PROCURADORIA

de Bancos de Testes Regulatórios e Tecnológicos no modelo Sandbox, nos termos do art. 11 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

- **Lei Municipal nº 17.900, de 11 de novembro de 2023**, que institui o Programa Empreende SP de qualificação do microempreendedor de baixa renda.

- **Lei Municipal nº 17.979, de 20 de julho de 2023**, que dispõe sobre a criação e implantação do Programa de Educação Financeira e Empreendedorismo no Município de São Paulo, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 12 de dezembro de 2024.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068